

Brasília-DF, 14 de julho de 2026



NCST reforça pressão pela aprovação de projeto que criminaliza a misoginia



A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) defende a rápida aprovação do Projeto de Lei 896/2023 pela Câmara dos Deputados. A proposta, já aprovada pelo Senado Federal, prevê a inclusão da misoginia entre os crimes previstos na legislação brasileira e representa um passo importante no fortalecimento da proteção às mulheres.

Para a NCST, o projeto amplia os mecanismos de enfrentamento à violência de gênero e contribui para combater manifestações de ódio, discriminação e preconceito direcionadas às mulheres.

A presidente da NCST, Sônia Zerino, que também é secretária para Assuntos da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), destaca que a aprovação da matéria é fundamental para consolidar avanços na defesa dos direitos das mulheres.

"A misoginia precisa ser enfrentada com firmeza. A aprovação deste projeto fortalece a proteção às mulheres e reafirma o compromisso do país com a

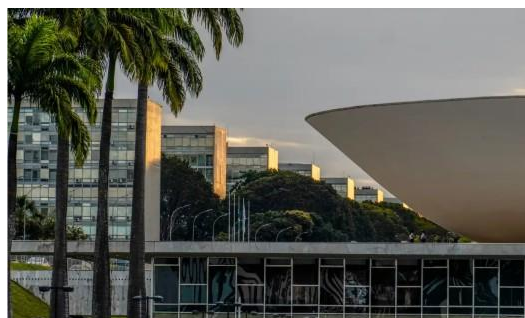
igualdade, o respeito e a dignidade", afirma Sônia Zerino.

A dirigente acrescenta que o movimento sindical continuará mobilizado em defesa de iniciativas que promovam ambientes de trabalho mais seguros, relações igualitárias e o combate a todas as formas de violência e discriminação.

Fonte: NCST

Congresso se aproxima do recesso sem votar PEC 6x1 e PL da Misoginia

MP do Frete também não está na pauta da semana



© Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

O Congresso Nacional se aproxima do recesso parlamentar, previsto para começar neste sábado (18), sem concluir a análise da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho das atuais 44 para 40 horas semanais.

Aprovada na Câmara dos Deputados, em 27 de maio, com apenas 22 votos contrários, a PEC segue travada na mesa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

O senador não despachou a proposta para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e como não há sessão da comissão nesta semana, a análise da PEC deve ficar para o segundo semestre.

Misoginia

Na Câmara dos Deputados, a expectativa é para se votar o projeto de lei que criminaliza a misoginia, que é o ódio e a discriminação contra mulheres pelo fato de serem mulheres. O PL 896 de 2023 equipara a misoginia à prática do racismo.

A assessoria da relatora do projeto, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), informou à Agência Brasil que "tudo está encaminhado" para o PL entrar na pauta na quarta-feira (15).

Porém, o texto não foi incluído na previsão de votações da semana. A pauta de votações, contudo,

Brasília-DF, 14 de julho de 2026

pode sofrer alterações e a proposta pode ainda ser incluída na pauta de última hora.

A urgência do PL que criminaliza a misoginia foi aprovada na Câmara no dia 1º de julho por 293 votos favoráveis e 158 contrários. No Senado o texto foi aprovado, por unanimidade, em março.

O presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), ao reconhecer que a criminalização da misoginia divide o plenário, pediu que as bancadas recebam a relatora Tabata Amaral para construção de um “texto de consenso”.

“[Com a urgência sendo aprovada] nós vamos, ao lado das lideranças, com muita cautela, com muito respeito, construir o melhor texto possível.”, disse Motta.

A urgência ao projeto foi rejeitada pelos partidos Novo, Missão e o Partido Liberal (PL) que encaminharam contra a votação. A líder do PL Júlia Zanatta (PL-SC), argumenta que o tema não está maduro para votação. “Há várias divergências”, disse.

MP do Frete

Outro tema que pode ficar de fora da pauta do Senado desta semana é a Medida Provisória (MP) 1.343, de 2026, editada pelo governo federal e que altera a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviários de Cargas.

A MP perde a validade na quinta-feira (16). Mesmo assim, não foi incluída na pauta de votações pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A MP foi aprovada na Câmara no dia 17 de junho.

Inicialmente, o texto do governo federal busca fortalecer a fiscalização para cumprimento do pagamento do piso mínimo do frete dos caminhoneiros, além de prever a aplicação de multas de até R\$ 1 milhão contra empresas que contratem motoristas autônomos por valores abaixo da tabela mínima do frete.

Na Câmara, o texto sofreu alterações pelo relator Zé Trovão (PL-SC), que incluiu no texto uma anistia das multas dos caminhoneiros que fecharam rodovias em 2022.

Trovão ainda incluiu anistia para multas aplicadas contra quem descumpriu o pagamento do frete mínimo, instituída pela Lei 13.703, de 2018.

Câmara

A pauta de votações do plenário da Câmara na última semana antes do recesso parlamentar prevê a análise

de 19 projetos, medidas provisórias e requerimento de urgência.

Entre as MP, destacam-se as que abrem créditos extraordinários para os ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Integração e do Desenvolvimento Regional; de Minas e Energia, e do Meio Ambiente.

Entre os projetos da pauta, estão o que autoriza a instalação de câmeras de reconhecimento facial nas estações ferroviárias e rodoviárias, no interior dos vagões das composições, em vias públicas e repartições públicas (PL 1.828, de 2023), assim como o projeto que prevê a cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de quem abandonar animais na rua.

Senado

No Senado, a pauta do plenário prevê a análise de medidas provisórias, entre elas a MP 1.344, de 2026 que abre crédito de R\$ 10 bilhões no orçamento para subsidiar parte do preço do diesel em função da guerra no Oriente Médio.

A MP 1.342, de 2026 também foi pautada no Senado com previsão de R\$ 1,3 bilhão para ações emergenciais nos municípios de Minas Gerais atingidos pelas chuvas.

Fonte: Agência Brasil

PT anuncia mobilização nacional para pressionar Senado a aprovar fim da escala 6x1

Edinho Silva convoca militância para campanha nas redes e afirma que redução da jornada ampliará o tempo dos trabalhadores com a família, o lazer e os cuidados com a saúde



Crédito: Paulo Pinto/Agência Brasil

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Edinho Silva, anunciou uma mobilização da militância para pressionar o Senado Federal a votar e aprovar a Proposta de Emenda à Constituição que prevê o fim da escala de trabalho 6x1. A campanha

Brasília-DF, 14 de julho de 2026

começa nesta segunda-feira (13) e terá como foco a atuação nas redes sociais e a cobrança pública aos senadores.

Segundo informações publicadas pela Sputnik Brasil, Edinho usou um canal oficial do PT nas redes para convocar filiados, apoiadores e movimentos sociais a ampliar o engajamento nas publicações relacionadas à proposta. De acordo com o dirigente, o objetivo é "fazer com que a PEC seja aprovada" no Senado.

A proposta reduz a jornada baseada em seis dias de trabalho para um dia de descanso e estabelece um modelo de cinco dias de atividade e dois dias de folga. O texto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas ainda aguarda análise dos senadores.

Durante a convocação, Edinho Silva atribuiu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um papel central na defesa da mudança das relações de trabalho no país.

"Todos sabem que o presidente Lula tem sido o grande protagonista dessa luta. Ele tem sido a grande liderança para que a gente possa construir relações de trabalho, onde a trabalhadora e o trabalhador tenham mais tempo para sua família, para o seu lazer, para cuidar da sua saúde", afirmou o presidente do PT.

Matéria completa: <https://www.brasil247.com/poder/pt-anuncia-mobilizacao-nacional-para-pressionar-senado-a-aprovar-fim-da-escala-6x1/>

Fonte: Brasil247

NCST-MG reúne lideranças sindicais e reforça mobilização em defesa da anistia sindical



A Nova Central Sindical de Trabalhadores de Minas Gerais (NCST-MG) promoveu, na última quarta-feira, mais uma edição do Café com as Lideranças Sindicais,

iniciativa que reuniu dirigentes na sede da entidade para um momento de diálogo, integração e fortalecimento da atuação sindical.

O encontro foi conduzido pelo presidente da NCST-MG, Wanderson Epifânio, e teve como principal pauta a discussão sobre a anistia sindical, tema considerado estratégico para o movimento sindical. Durante o debate, os participantes destacaram a importância de ampliar a discussão sobre a proposta, em defesa de trabalhadores e dirigentes que sofreram perseguições e injustiças em razão da atuação sindical.

Para Wanderson Epifânio, a união das entidades é fundamental para o fortalecimento da representação dos trabalhadores.



"O diálogo fortalece a luta e a unidade do movimento sindical", afirmou o presidente.

Além de promover o debate sobre temas de interesse da classe trabalhadora, o encontro também reforçou a importância da participação das entidades nas atividades promovidas pela Nova Central em Minas Gerais.



Ciclo de Palestras chega a Juiz de Fora

A NCST-MG também convida dirigentes sindicais para a próxima edição do Ciclo de Palestras, que será realizada no dia 15 de julho, em Juiz de Fora (MG).

Brasília-DF, 14 de julho de 2026

O evento reunirá representantes de diversas categorias para discutir temas fundamentais ao fortalecimento das entidades sindicais e à defesa dos direitos dos trabalhadores, ampliando o diálogo e a troca de experiências entre as lideranças.

A expectativa é reunir dirigentes de diferentes regiões do estado, reforçando o compromisso da Nova Central com a formação sindical, a unidade e o fortalecimento da representação dos trabalhadores.

Com informações da NCST-MG

Fonte: NCST-MG

Adicional de 5% por filho na aposentadoria de mães avança na Câmara

Benefício é destinado a mulheres seguradas do INSS que comprovem dedicação direta ao cuidado dos filhos.



Parecer aprovado é da deputada Fernanda Melchionna. Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 6.841/2025, que cria um adicional previdenciário para mulheres seguradas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que tenham se dedicado diretamente ao cuidado de filhos.

Pelo texto, o projeto institui um adicional de 5% sobre o valor do benefício de aposentadoria ou da pensão por morte para cada filho nascido ou adotado, limitado a até três filhos.

O parecer favorável foi apresentado pela deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), relatora da proposta de autoria do deputado Duda Ramos (Podemos-RR). A proposta se dirige a mulheres seguradas do INSS que comprovem dedicação direta ao cuidado dos filhos, nos termos que ainda deverão ser detalhados em regulamento.

A medida tenta incorporar ao cálculo previdenciário

um fator de compensação pelas desvantagens acumuladas por mulheres ao longo da vida laboral em razão da maternagem e da sobrecarga histórica do trabalho de cuidado.

No parecer aprovado, Fernanda Melchionna afirmou que a iniciativa é importante e meritória justamente por reconhecer o impacto social, econômico e profissional da dedicação ao cuidado dos filhos.

"Entendemos que a proposição representa um avanço legislativo concreto no reconhecimento previdenciário do trabalho de cuidado e na compensação das desigualdades estruturais que penalizam as mulheres ao longo de suas trajetórias contributivas." A lógica do projeto é a de que a experiência concreta de milhões de mulheres no mercado de trabalho e no ambiente doméstico produz reflexos diretos sobre sua trajetória contributiva.

Isso porque a responsabilidade pelo cuidado com os filhos costuma gerar interrupções na carreira, menor tempo de contribuição, mais informalidade e renda menor, o que, ao final, se reflete em benefícios previdenciários mais baixos.

O projeto tramita em caráter conclusivo e seguirá agora para análise das comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso seja aprovado em todos os colegiados, não precisará ser votado em Plenário.

Fonte: Congresso em Foco

